



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
SEPN 505, Lote 2, Edifício Marie Prendi Cruz, 1º andar, sala 108, Brasília/DF, CEP: 70.730-542
Fone: (61) 2028-2076
E-mail: sec.executiva@cnrh.gov.br

38ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNRH
Síntese dos Resultados



DATA: 31.10 e 01.11.17

HORÁRIO: das 9h às 18h.

LOCAL: Auditório do Edifício Marie Prendi Cruz – SEPN 505.

INÍCIO

O Sr. **Sergio Gonçalves (MMA/SRHQ)** agradeceu a presença de todos e informou sobre a aprovação da Lei n. 13.501, de 30 de outubro de 2017, que “Altera o art. 2º da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, para incluir o aproveitamento de águas pluviais como um de seus objetivos”.

ABERTURA

O Secretário Executivo do CNRH, **Sr. Jair Vieira Tannús Junior**, saudou os Conselheiros e, em seu pronunciamento, comunicou sobre a impossibilidade de presença do Exmo. Sr. Ministro Sarney Filho, por questão de compromissos urgentes. Na sequência, informo que a **Agenda do Dia** e demais documentos foram encaminhados anteriormente aos Conselheiros quando da convocação. Não havendo solicitação de requerimento de urgência e de alteração de pauta deu início aos trabalhos com a ordem do dia.

➤ **ORDEM DO DIA**

2. Aprovação da Ata da 37ª Reunião Ordinária do CNRH.

Encaminhamento: Ata aprovada sem alterações, com abstenção da Conselheira Thereza Christina da Silva Pereira Castro (Clube de Mães Santa Luzia - **ONGs**).

3. Deliberação sobre proposta de Resolução que:

3.1. “Define mecanismos e valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União inseridos em unidades estaduais de gerenciamento de recursos hídricos, a sua aplicação e outros

procedimentos”. Matéria encaminhada pela Câmara Técnica de Cobrança - CTCOB.

A Sra. Livia Soalheiro (presidente da CTCOB) apresentou a intenção da Resolução e as discussões realizadas na Câmara Técnica e passou à leitura da resolução como um todo. O Conselheiro Fabiano Chaves (MPOG) fez sugestões de adequação de forma (deslocar o Parágrafo único do art. 1º para o art. 2º), e sugestão de conteúdo (inclusão de mais um parágrafo no art. 2º), colocando que as alterações pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos deverão ser informadas ao CNRH, e inclusão de um artigo após o art. 4º incumbido competência à ANA para realizar uma avaliação da implementação da Resolução após um período de implementação dos mecanismos, possibilitando também o acompanhamento pelo CNRH. O Conselheiro João Clímaco sugeriu incluir mais um parágrafo sobre as providências e diretrizes definidas pelos CBHs.

VOTAÇÕES:

- i. Votação do texto base, ressalvados os destaques que foram votados na sequência. Aprovado com duas abstenções.
- ii. Art. 1º alteração de texto. Aprovado com 4 abstenções.
- iii. Deslocamento do parágrafo único para o art. 2º. Aprovado com 3 abstenções.
- iv. Inclusão de parágrafos no art. 3º. § 2º aprovado com 2 votos contrários e 1 abstenção, § 3º reprovado por grande maioria de votos;
- v. Inclusão do art. 5º com duas opções: prazo de 5 (cinco) ou três (3) anos, após a vigência da resolução, para que a ANA realize os estudos de avaliação dos resultados da aplicação dos mecanismos e valores da cobrança pelo uso dos recursos hídricos. Aprovado o mérito da proposta e o prazo de 5 anos.

Encaminhamento: Resolução aprovada, com alterações.

3.2. “Dispõe sobre o procedimento para atualização dos preços públicos unitários cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, de que trata a Lei 9.433, de 8 de janeiro de 1997”. Matéria encaminhada pela Câmara Técnica de Cobrança - CTCOB.

A presidente da CTCOB, Livia Soalheiro e Romano, informou sobre a tramitação da matéria na CT e passou à leitura da resolução como um todo. O Conselheiro João Clímaco (FONASC) solicitou um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Ney Murta, servidor da ANA. Em relação à proposta, o Conselheiro se manifestou contrário à revisão. Após amplo debate, com manifestações contrárias e favoráveis a proposta, a matéria foi objeto de 6 (seis) pedidos de vista solicitado pelo Segmento Usuários, representados pelos Conselheiros: Sr. Nelson Ananias Filho (Irrigantes - CNA), Sra.

Patrícia Boson (Indústrias - CNI), Sr. Sérgio Bastos (Indústrias - FIERB); Sr. Wilson de Azevedo Filho (Pesca, Turismo e Lazer); Sr. Sílvio Renato Siqueira (Prestadoras de abastecimento) e o Sr. Ivo Melo (Irrigantes - IRGA). O Conselheiro Paulo Samuel (Comitê Gravatay) lamentou o pedido de vistas e justificou a variação dos preços. O Conselheiro Carlos Eduardo Alencastre (Comitê Pardo) e a Conselheira Jussara Cabral (OTEP - ABRH) também defenderam a proposta de revisão dos valores.

Encaminhamento: A matéria será deliberada na próxima reunião do CNRH, ocasião em que os conselheiros irão apresentar o parecer, justificando pedido de vista, de acordo com o art.13 do Regimento Interno do CNRH. Foi concedido um prazo até 24/11/2017 para o envio do documento à Secretaria Executiva do CNRH.

3.3. “Define os procedimentos de indicação de representantes titulares e suplentes dos Ministérios e Secretarias Especiais da Presidência, dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, dos usuários e das organizações civis de recursos hídricos no Conselho Nacional de Recursos Hídricos e Institui o Cadastro de Organizações Civis de Recursos Hídricos. Matéria encaminhada pela Câmara Técnica Institucional e Legal - CTIL.

O Sr. Sérgio Gonçalves (presidente da CTIL) apresentou a intenção da Resolução e as discussões realizadas na CTIL. Salientou que a Resolução era extensa e propôs abrir para o debate sem a leitura. O Conselheiro João Clímaco (FONASC-CBH) levantou a questão de representação dos estados, da participação social, e concluiu que os comitês não podem ser considerados sociedade civil. Para ele o CNRH deveria seguir o exemplo do CONAMA com a implantação do cadastro. Além disso, manifestou-se contrário a autenticação de documentos. O Conselheiro Leonardo Sampaio (CERH-MS) colocou a questão de procurações, para ele cada representante deveria representar somente um segmento. O Conselheiro Willy Ortiz (FONASC-CBH) perguntou aos outros conselheiros se esses considerariam o CBHs como sociedade civil. O Sr. Carlos Eduardo Alencastre (Comitê Pardo) pontuou que os comitês não são estado, e também não estão totalmente enquadrados com sociedade. O Conselheiro Júlio Thadeu Kettelhut (SRHQ/MMA) colocou que esta discussão será realizada quando for revista a composição do CNRH, com a proposta de alteração do decreto, assunto que já constava da pauta da CTIL.

VOTAÇÕES:

- i. Texto base aprovado com 2 abstenções;
- ii. § 2º, Art. 1º - destaque aprovado, no entanto, devido às observações pelos presentes, o destaque acabou sendo retirado, com a concordância dos presentes, para não

comprometer a participação de alguns CBHs.

- iii. Art. 3º - destaque aprovado com 1 abstenção.
- iv. § 2º, Art. 3º - destaque aprovado com 2 votos contrários e 3 abstenções.
- v. § 3º, Art. 3º - destaque aprovado com 1 voto contrário e 3 abstenções.
- vi. § 4º, Art. 3º - aprovada a redação original. Destaque apresentado pelo Conselheiro João Clímaco de Mendonça Filho (FONASC-CBH) foi rejeitado com 6 abstenções, e a segunda proposta colocada pelo Conselheiro Júlio Thadeu Kettelhut (MMA/SRHQ) também rejeitada com 6 abstenções.
- vii. Inciso I, Art. 5º - aprovada a redação original com 6 abstenções, a proposta de inserir “e meio ambiente” foi rejeitada.
- viii. Inciso I, Art. 6º - aprovada a redação original com 3 abstenções, rejeitada a proposta do FONASC de retirar os comitês.
- ix. Inciso III, Art. 6º - proposta da OTEP de incluir “com atuação na área de recursos hídricos”, foi aprovada com 5 votos contrários e com 4 abstenções.
- x. Incisos II, III e IV do Art. 9º - retirar a palavra “autenticada”, aprovada com 2 votos contrários e com 3 abstenções.
- xi. Inciso IV Art. 9º - acréscimo de “devidamente registrada em cartório ou publicada em diário oficial”, aprovada com 4 abstenções.
- xii. Art. 9º - proposta do Conselheiro Wilson de Azevedo (Lazer, Pesca e Turismo) de acréscimo de “§ 3º A entidade habilitada no processo eleitoral participará somente com um representante devidamente credenciado”. Aprovada com 1 voto contrário e 9 abstenções.
- xiii. Art. 9º, proposta do Conselheiro Wilson de Azevedo (Lazer, Pesca e Turismo) de acréscimo de “§ 4º Cada representante credenciado representará uma, e somente uma, entidade habilitada ao processo eleitoral”.

Alguns conselheiros se manifestaram sobre o tema, salientando-se que a aplicabilidade da proposta do Conselheiro Wilson somente seria possível quando da implantação da votação eletrônica, pela impossibilidade de todos os comitês, associações, entre outros comparecerem pessoalmente nas assembleias. O Conselheiro Júlio Thadeu (MMA/SRHQ) colocou que quando for estabelecida a votação eletrônica, o CNRH terá que disciplinar o processo por meio de uma resolução específica. Diante das argumentações a proposta de § 4 foi retirada pelo proponente.

- xiv. Art. 10, inclusão do “§1 O Secretário Executivo do CNRH no âmbito de suas prerrogativas nomeará dentro dos representantes do CNRH uma comissão eleitoral formada por 2 membros que responderão pelo processo eleitoral”. A proposta rejeitada.

Art. 10, inclusão do “§2 Nomeação de consultor jurídico do MMA para atuar no processo”. Proposta rejeitada. A Sra. Thereza Christina (FONASC-CBH) defendeu as propostas que, para ela, otimizariam o processo e uniformizaria os entendimentos.

Encaminhamento: Resolução aprovada, com alterações.

4. Deliberação de proposta de Moção que:

4.1 “Recomenda ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Goiás, à Assembleia Legislativa de Goiás e ao Ministério Público que, no âmbito de suas respectivas competências, adotem os procedimentos necessários para o reestabelecimento do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Goiás”.

O texto base foi aprovado, com 2 votos contrários. Teve a inclusão de um considerando sobre o “8º Fórum Mundial da Água” e o acréscimo, ao final da Moção, do texto “e o respectivo fortalecimento do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos”.

Encaminhamento: Moção aprovada, com alterações.

5. Processo MMA nº 02000.001255/2016-91 - referente à alteração regimental do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco - CBHSF, realizada por meio da Deliberação CBHSF nº 90, de 08 de junho de 2016. Encaminhamento da 140ª Reunião da CTIL.

O Sr. Anivaldo de Miranda (Presidente do CBHSF) apresentou a contextualização geral e histórico do processo. Colocou que o CBHSF vê com bons olhos o posicionamento da CTIL/CNRH, em que se mostrou favorável às alterações promovidas no §2º art. 26 do Regimento Interno do Comitê, objeto do processo em análise.

A plenária deliberou por ratificar o posicionamento da CTIL, em que convalidou os atos do comitê no tema em questão, bem como a decisão de se revisar a Resolução CNRH N. 05/2000.

Encaminhamento: Encerramento do Processo MMA nº 02000.001255/2016-91 e revisão da Resolução CNRH n. 05/2000.

6. Apresentação

A Situação Hídrica na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Por representantes da Agência Nacional de Águas e do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

O Sr. Anivaldo de Miranda (Presidente do CBHSF) apresentou a contextualização geral dos problemas de crise de falta de água à qual passa a bacia do São Francisco. Informou que a situação será dramática na bacia caso o período úmido atual não seja favorável. Relatou sobre os problemas de qualidade da água em reservatórios que estão com seus volumes extremamente reduzidos, que estão obrigando alguns municípios a decretarem racionamentos de água de até 10 dias. Elogiou o apoio da ANA à ideia do Fórum da Água na bacia do São Francisco. Ressaltou a importância da retomada do Programa de Revitalização da Bacia do São Francisco, a pleno vapor pelo Ministério da Integração, com o apoio da SRHQ/MMA. Passando a palavra ao Sr. Joaquim Gondin (ANA) para realizar a apresentação.

7. Informes.

Fizeram informes os conselheiros: Jefferson Nascimento (OTEP - UNESP), Paulo Samuel (Comitê Gravatay), Luiz Henrique Magalhães Noquelli (CERH -MT) e Ivo Mello (Irrigantes – IRGA).

8. Encerramento.

Concluídos os informes e, na ausência de outros assuntos a tratar, o Secretário Executivo do CNRH retomou a palavra e agradeceu a presença de todos os Conselheiros, dos presidentes de câmaras técnicas e demais convidados e declarou encerrada a 38ª Reunião Ordinária da CNRH.